

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercícios findos em 31/12/2025 a 31/12/2024

O Conselho Fiscal do Hospital São João Batista, no exercício de suas atribuições estatutárias e legais, procedeu ao exame dos seguintes documentos:

- 1- Balanço Patrimonial,
- 2- Demonstração do Resultado do Período,
- 3- Demonstração do Fluxo de Caixa,
- 4- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e das
- 5- Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Com base nos documentos examinados, verificou que as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, observadas as ITG 2002 (R1), a NBC TG 1000 (R1) e a NBC TG 07 (R2), conforme asseverado na NOTA 2.

Sobre a posição Patrimonial e Financeira do Hospital, o registro do ativo circulante, em 31/12/2025, totalizou R\$ 28.237.646,57, o passivo R\$ 28.237.646,57 e o patrimônio líquido está registrado em R\$ 8.156.643,84, evidenciando regularidade formal na estrutura das demonstrações.

O Ativo Circulante registrou um valor importante de recebíveis: R\$ 3.527.415,16. Pela qualidade das contas que compõem o Ativo é possível à Entidade avaliar o risco de inadimplência e a liquidez desses recebíveis, cuidando ao máximo, com ações preventivas, para que esses recebíveis não se transformem em possíveis perdas, aumentando ainda mais os valores registrados na conta EPCLD, que no exercício em exame somou R\$ 394.125,27, revelado, comparativamente ao exercício de 2024, não ter se confirmado apenas 1,1% do crédito com expectativa de perda.

Nesta linha, o Conselho destaca a “desconstituição” de direito creditício lançado na conta EPCLD do Ativo Não Circulante no valor de R\$ 1.677.611,31 relativo a processo judicial ajuizado pelo Hospital em face dos Municípios que contribuíam com a prestação dos serviços SUS e que resultou em acordo judicial, conforme inscrição nas NOTAS 5 e 18. Esse é um ponto que exige especial atenção, porque valores dessa natureza devem ser inscritos com a observância da melhor técnica contábil e devida fundamentação jurídica, a fim de que não haja ferimento ao princípio da competência e da transparência das demonstrações financeiras, não gerem distorções nem afetem o resultado econômico da Entidade.

Assim, resta inscrito, no exercício em análise, em EPCLD, o valor de R\$ 394.125,27.

A conta Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa apresenta registro no valor de R\$ 5.416.610,50, representando melhor resultado em relação ao exercício anterior, de R\$ 3.239.907,63. Entretanto, observa-se que parte desses recursos (aproximadamente 28%) estão vinculados a aplicações com restrição e se referem a subvenções e/ou emendas parlamentares a realizar.

A propósito, as Subvenções a Realizar, no Passivo não Circulante, somam a importância de R\$ 7.561.293,43 (composição do valor na NOTA 13), constituindo-se em valor expressivo indicativo de ser este um valor indispensável para dar suporte às atividades hospitalares, assim como aparecem compondo o passivo de longo prazo empréstimos bancários de R\$ 2.824.561,37, provisão para contingências jurídicas de R\$ 4.253.600,00 (ações trabalhistas e cíveis ativas) e o valor de R\$ 518.979,11 para “causas possíveis” não contabilizadas conforme NOTA 10. É relevante o valor total registrado neste grupo (R\$ 14.639.454,80), razão pela qual o Hospital deve manter um plano financeiro com boa margem de previsibilidade, especialmente considerando o contingenciamento para as demandas jurídicas (causas trabalhistas e cíveis), emergindo esse registro como um dos principais pontos de risco patrimonial, pelo que demanda redobrado cuidado técnico formal do setor jurídico e da gestão financeira do Hospital

Mais uma observação que cabe registrar é a anotação das obrigações de curto prazo no Passivo Circulante frente aos registros do Caixa e Equivalentes. O comparativo dos valores sinaliza que Hospital passará por um momento de **pressão sobre o caixa**. A informação constante da NOTA 18, de que 3 Municípios não renovaram a contratação para atendimento SUS por ocasião do acordo judicial nos autos da Ação de Tutela Cautelar Antecipada nº 50040204120228210058/RS, indica que haverá uma retração na receita. De outro lado, os custos das obras para conclusão do Pronto Atendimento, as quais acresceu-se mais obras **resultantes do incêndio ocorrido no final do exercício (com reflexos financeiros no curso do exercício de 2026), o custo da folha de pagamento e dos serviços médicos, que tendem a ser crescentes, sem contar com a necessidade de manter os estoques mínimos de medicamentos e insumos básicos**, demandarão da gestão financeira da Entidade um controle rigoroso sobre as despesas.

Sobre as Receitas Operacionais. A análise que aparece incontornável é a de que as Receitas de Subvenções são imprescindíveis para a entrega da atividade assistencial do Hospital à população local e regional. Em 2025, as receitas operacionais somaram R\$ 54.792.298,40. Este valor está composto pelo resultado dos atendimentos SUS, que somaram R\$ 8.599.632,09, pelos convênios e particulares, em R\$ 17.602.593,24, as receitas de subvenções e incentivos no valor de R\$ 22.160.205,19 (composição na NOTA 8) e outras receitas, que somaram R\$ 1.633.504,19. Do total das receitas operacionais, 41% tem como fonte recursos públicos do orçamento municipal, estadual ou federal.

Nota-se que este percentual de receita é empregado na atividade fim do Hospital. Para melhorias, modernização e ampliação das instalações, compra de máquinas e equipamentos, o Hospital também depende de mais subvenções governamentais.

Quanto as Despesas Operacionais Area da Saude – Custos Hospitalares e Serviços Médico e as contas de Despesas com Pessoal e Encargos e Despesas Administrativas, verifica-se aqui outro ponto de atenção e desafio para a gestão financeira, dado que estas são contas de valores expressivos, comprometedoras de aproximadamente 80% das Receitas Operacionais, pois o novo PA, que tinha prazo de conclusão nesse exercício de 2025 (NOTA 3-g), reprogramado para julho de 2026 (NOTA 19), muito provavelmente demandará investimento em mais recursos humanos. Recomendável, frente a nova realidade de expectativa de crescimento da despesa com o novo PA entrando em operação e de retração da receita com a baixa de 3 Municípios da referencia SUS, fazer uma análise apurada da relação RH x SERVIÇOS X DESPESAS X RECEITA.

Considera-se, assim, que o Hospital depende em larga medida dos programas, dos incentivos e das subvenções governamentais para compor a receita necessária para operar serviços de qualidade à população. Modo geral, as verbas públicas não tem falhado, com raros percalços,

como foi o caso do descrito na NOTA 18, que levou o Hospital a judicializar o seu custo SUS com resultado parcial de satisfação.

Sobre o Estoque. A avaliação do Estoque foi feita pelo critério do custo médio, resultando num valor de R\$ 906.891,80, menor em relação a exercício de 2024. Pela falta de outros documentos de apoio que possam permitir uma avaliação adequada e segura da conta Estoque e considerando que estoques altos ou desatualizados imobilizam capital e prejudicam o fluxo de caixa, enquanto estoque bem dimensionado significa recurso no caixa e impacto positivo no resultado, o Conselho recomenda que outros relatórios possam acompanhar os documentos básicos de análise das contas do próximo exercício, contendo dados relevantes do inventário físico, relatório do movimento do estoque, de perdas, da obsolescência e rastreabilidade de materiais e medicamentos, se possível.

Obras em andamento é um item das contas que merece bastante atenção da gestão do Hospital, porque registra um valor expressivo (saldo de R\$ 7.904.297,33 de obras em andamento) e pode conter risco de imobilização em índices importantes ou verificar atraso ou paralisação, ficando obra inacabada, o que não é o caso do novo PA, mas é o caso do que consta no apontamento que se observa na NOTA 3-g e a inscrição no quadro do IMOBILIZADO EM ANDAMENTO da NOTA 7. Essa obra paralisada tem seu registro no valor de R\$ 1.013.206,81, registro contábil este que precisa ser tratado de acordo com as normativas contábeis incidentes tendo em vista que a obra conta com 26 anos de paralisação.

Aliás, o Ativo Não Circulante, conta Imobilizado, parece indicar o fato de entradas relevantes para o imobilizado: o Hospital aumentou o imobilizado em R\$ 2.932.721,39, em 2025 – Ativo Circulante R\$ 18.382.164,91 e imobilizado R\$ 17.926.836,61 o que *de per se* não representa nenhum problema. Normalmente representa capacidade de bom atendimento e traz segurança aos pacientes. Contudo, exige gestão rigorosa e ativa dos bens imobilizados a fim de evitar que equipamentos fiquem ociosos, a falta de manutenção preventiva das máquinas e equipamentos e garantir que a tecnologia esteja alinhada à demanda dos procedimentos exigidos pelos profissionais que prestam atendimento assistencial, principalmente.

Quanto ao Resultado do Exercício, a conta própria registra déficit de R\$ 141.370,37, inferior ao apurado em 2024, que foi de R\$ 272.442,52. O Conselho observa que, mesmo que o déficit tenha diminuído em relação ao exercício de 2024, este é mais um ponto da gestão que requer cuidado permanente, sobremodo para o controle das despesas operacionais, merecendo, na medida do possível, uma análise que possa indicar se o déficit que se verifica há 4 anos consecutivos tem característica pontual, se ele pode se apresentar controlável ou apresenta indícios de ser estrutural.

O Conselho destaca também que a Entidade informou atendimento ao SUS em 83,39% de sua capacidade operacional, percentual superior ao mínimo exigido de 60%, mas 5% inferior ao exercício de 2024. Foram 6.922 pacientes/dia e 29.871 atendimentos ambulatorial.

Está informada a manutenção da condição relacionada ao benefício fiscal de que goza o Hospital por força da LC 187/2021, art.37, § 2º, encontrando-se garantido o pedido de renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, protocolado tempestivamente e pendente de decisão administrativa definitiva.

Registrar que o Hospital mantém seguro para seus automóveis, mas não tem seguro contra incêndio e riscos diversos para o seu prédio, tampouco para todos os seus bens móveis. Tem brigada interna contra incêndio e mantém seu PPCI rigorosamente em dia. Tendo em vista o

incêndio que acometeu a maternidade e parte do centro cirúrgico do Hospital no remate do exercício de 2025, o Conselho sugere que se faça nova avaliação sobre a conveniência e oportunidade de contratar seguro para o seu patrimônio.

Por fim, sublinhar que os documentos contábeis analisados deixam claro que o Hospital São João Batista, apesar de enfrentar desafios econômicos significativos, vem mantendo a prestação de serviços de saúde devido ao expressivo montante de subvenções e incentivos que recebe do orçamento das esferas 3 (três) federativas. A gestão atenta e ativa de todos os investimentos e recursos e o foco na eficiência operacional e, destacadamente, na qualificação constante do quadro de recursos humanos que deve estar bem ajustado à demanda dos serviços que o Hospital entrega à população, serão cruciais para garantir base de sustentação econômica e consolidá-lo como referência regional.

Diante do exame documental realizado e considerando as informações adicionais prestadas pela Sra. Contadora Eliani Zamin, este Conselho Fiscal conclui que as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em seus aspectos relevantes, refletem adequadamente a posição patrimonial, financeira e o resultado do período do Hospital São João Batista.

OPINA, portanto, FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025, sem prejuízo das observações supra e das recomendações que seguem de acompanhamento contínuo e reforçado sobre:

- a) as provisões para a contingenciamento das demandas judiciais pelo potencial risco patrimonial que encerra;
- b) controle, aplicação efetiva e tempestiva e prestação de contas dos recursos subvencionados e de emendas orçamentarias pela relevância desses recursos;
- c) as obras, a fim de cumprimento de prazos de construção e de conclusão das obras em andamento;
- d) avaliação, para tomada das devidas providencias, sobre a obra da ala dos fundos paralisada há 26 anos;
- e) a política de cobertura securitária patrimonial da Entidade, frente ao incêndio ocorrido no remate do ano de 2025;
- f) recomendar que na próxima prestação de contas acompanhe os documentos contábeis uma memória segregada dos recursos vinculados;
- g) recomendar a emissão do competente documento contábil jurídico, base para os lançamentos de EPCLD;
- h) e emissão de relatórios complementares para dar condições de boa avaliação sobre o estoque da Entidade;
- i) elaborar estudo para preparar tanto em quantidade/qualidade quanto em remuneração o quadro de pessoal do Hospital, a fim de estimar o custo deste frente a nova realidade física/estrutural, a expressiva dependência das fontes públicas de recursos para a sustentação dos serviços de saúde e a perda de 3 (três) Municípios da região que referenciavam o atendimento SUS no Hospital São João Batista.

j) o potencial existente para o incremento de receita própria, sem deixar de viabilizar formas de atrair mais investimentos públicos para seguir qualificando o Hospital e a Saúde da população local e regional,

Nova Prata/RS, 27 de abril de 2026.

Lígia Zamin – Presidente do Conselho Fiscal

Gustavo Ernesto Feddersen – Secretário

Dirceu Justi – Conselheiro

Ari Peruzzo – Conselheiro

Everson Marca - Conselheiro

Maria Madalena Cassol Lima – Conselheira